

Orçamento é magro, mas recebe 13 mil emendas

Ao contrário do orçamento deste ano, que os parlamentares viraram pelo avesso para destinar verbas às suas bases eleitorais, a proposta orçamentária da União para 1991 representa verdadeira camisa-de-força para deputados e senadores. A grande mudança diz respeito às receitas de capital, campo fácil para a geração de recursos através da emissão de títulos: caíram de 73 por cento da receita global em 90 para apenas 38 por cento no próximo ano. As receitas correntes, subordinadas a compromissos constitucionais, sobem de 26 para 61 por cento.

Apesar dessas limitações, os parlamentares apresentaram 13 mil emendas à proposta orçamentária, mais de 200 per capita. Só o deputado Max Rosseto (PMDB-RP) é autor de mais de 800 propostas de alteração, que servirão quando menos para apresentar como

uma espécie de prestação de contas às bases.

"O campo para aceitação de emendas é bastante restrito", admite o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento. Ele considera natural que os colegas procurem levar verbas federais para suas bases políticas, mas adverte que "os recursos são mínimos este ano".

GOVERNADORES

Como se não bastassem as pressões dos parlamentares, espera-se o desembarque maciço dos novos governadores em Brasília a partir da próxima semana. É que está prevista para o dia 29 a apresentação de um relatório preliminar sobre a proposta orçamentária envolvendo várias matérias ligadas à própria sobrevivência financeira dos estados. Um dos temas mais polêmicos é a questão da dívida externa dos governos estaduais com ven-

cimento em 1991. Como ocorreu com os débitos anteriores, os recém-eleitos gostariam de prorrogá-las por alguns anos e já organizam um fortíssimo lobby neste sentido junto ao Congresso.

PARECERES

Pelo calendário da Comissão Mista, o relatório preliminar do relator João Alves (PFL-BA) será divulgado no próximo dia 29. No dia 12 de novembro, será a vez de os relatores parciais apresentarem seus pareceres. A votação do relatório-geral está prevista para o período de 21 a 26 de novembro, quando a matéria deverá ser encaminhada à Mesa do Congresso para inclusão na pauta do plenário. A expectativa do deputado Cid Carvalho é de que o orçamento esteja finalmente aprovado no começo de dezembro, já que o recesso parlamentar começa no dia 15 desse mês.